Este resumo é a sintetização do projeto de pesquisa apresentado no ingresso ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Unioeste, campus de Cascavel – PR. A proposta tem como objetivo geral verificar contradições e possibilidades de uma pedagogia emancipatória junto ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. O campo de pesquisa se dará por meio de observação e levantamento de dados históricos, bibliográficos na Escola Rural Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, Cascavel-Pr. Este espaço escolar aqui mencionado iniciou suas atividades no centro de uma ocupação, passou a escola itinerante e conquistou o direito de ser uma Escola Rural Municipal do Campo, fazendo parte do Sistema Municipal de Ensino. A pesquisa investigará, o histórico e as influências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na luta por educação; verificará as práticas educativas formalizadas pelo MST; compreenderá as contradições educacionais do modo produção capitalista em relação as práticas pedagógicas do MST; compreender a organização escolar pedagógica do MST; analisar as possibilidades de implementação de uma proposta educativa emancipatória no interior da sociedade capitalista, investigando o processo histórico que envolveu a Escola Rural Municipal do Campo Zumbi dos Palmares, Cascavel-Pr. Esta pesquisa terá como referencial teórico metodológico de analise o materialismo histórico dialético, abordagem que pressupõe entender o processo histórico e suas contradições para atingir os resultados claros do processo pesquisado. As relações sociais analisadas na pesquisa pretendem interpretar os fatos ocorridos, o processo sintetizando o fenômeno das mudanças sociais descritas na investigação. A abordagem será qualitativa, proporcionando a otimização do levantamento dos dados pesquisados, procurando assim equacionar as informações da pesquisa se aproximando da realidade dos fatos. De acordo com Rocha (2008) o Estudo de Caso enquanto método de investigação qualitativa tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual. Deste modo, pretende-se levantar informações relevantes entre a relação de mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e a educação que permeia suas ações. A justificativa para realização desta pesquisa concentra-se na análise de que a escola atual se tornou um espaço frágil, com dificuldade em fazer a leitura do processo social educacional, não evidenciando a identidade e a importância de um novo paradigma de educação, um modelo que por sua vez deverá realmente incluir os discentes e educar os sujeitos de forma emancipatória. Contudo a dificuldade de entender o contexto educacional imposto pela hegemonia política, a educação acaba formalizando o plano capital de educação, reproduzindo analfabetos funcionais, que são mão de obra barata para o mercado de trabalho. Desta forma, é primordial buscar, por meio de pesquisa, aproximar as experiências dos movimentos sociais para uma educação com consciência de classe que possa implementar um prática dialógica da sociedade na luta por direitos. Contudo a meta principal é contrapor os interesses do modo de produção capital, criando mecanismos para uma gestão escolar democrática e de formação educativa efetiva. A literatura que permeia a educação do campo e a luta dos movimentos sociais nos revela que ao iniciar esse debate, não podemos deixar de lado as heranças coloniais que ao longo dos anos acompanham a questão agrária, indubitavelmente suas marcas ainda são expressivas, e atingem diretamente todos os camponeses, pois a “luta pela terra” e a “produção na terra” estão vinculadas ao desenvolvimento capital, e estes a classe dominante. Assim entendemos que todo processo de luta pela terra e reforma agrária no decorrer do tempo sempre esteve marcado pelas no ideias dos governantes que fomentaram políticas econômicas em favor do capital e do mercado econômico. Este é um movimento do próprio sistema capitalista que em meio suas crises econômicas adequa o mercado a suas necessidades de produção e lucratividade. Dito isso, a realidade educacional do campo perpassa pelos aspectos ideológicos impregnados pelo capital, que desvaloriza e desqualifica primeiramente o campesino e conseguintemente a necessidade do direito a educação de qualidade. Tal desqualificação fica clarificada quando vislumbramos a mais valia no campo, a expropriação do trabalho campesino pelos latifundiários e as dificuldades enfrentadas pelos seus filhos no acesso à escola e a educação. A Educação do Campo precisa ser pensada a partir de si, pois tem elementos distintos, pois nasce em uma realidade prática, constituída pelo trabalho expropriado na luta pela terra e na resistência em ficar na terra. Portanto, não se trata simplesmente da existência de uma política educacional para educação do campo, mas da correlação entre políticas educacionais que atinjam a educação no campo e as relações sociais, políticas e culturais ligadas a este processo educativo. Nesse espaço é necessário o debate frequente enfatizando a realidade do campo e suas práticas de vida educacional. Em todo esse espaço de discussão é fundamental salientar que o envolvimento dos movimentos sociais tem enorme relevância na retomada e na efetivação da luta por uma educação no campo de qualidade. Souza (2007) relata que o debate sobre a educação do campo requer a menção ao papel dos movimentos sociais, pois eles têm demarcado as singularidades do campo e demandado uma educação pública que contemple a diversidade cultural, econômica, política e social. O surgimento dos movimentos voltados para a defesa da realidade campesina demonstra o poder da organização social, e a importância da retomada dos direitos pela luta organizada dos setores menos favorecidos. A consciência de classe rompe as barreiras dialógicas primando pela efetivação do direito à terra e da educação. Contudo, Almeida e Paulino (2000) comentam que o movimento de amadurecimento do MST foi uma necessidade de intercâmbio entre movimentos isolados que culminou com a premissa objetivada em três ideais básicos: terra como forma de sobrevivência econômica; reforma agrária como mudança na agricultura brasileira que possa beneficiar todos os trabalhadores; luta por uma sociedade mais justa, onde não exista explorados e exploradores. É nesse ideário que se concebe a força motriz, que impulsiona o movimento social a luta de classe, a insatisfação com o modo capital de produção, a exploração de mão de obra dos campesinos. Munarim (2006) ressalta que o MST, sem dúvida, pode ser considerado o movimento social de importância vital para o início do Movimento de Educação do Campo. Intersectando novo sentido a educação, uma educação que emana condições materiais de sobrevivência no campo. Nesta breve analise conseguimos perceber as relações intrínsecas entre a educação no campo e os movimentos sociais e entendemos que é impossível dissociá-las. Este é um campo de estudos fértil que tem muito a ensinar e a contribuir com a educação formal, propiciando desta maneira a união das forças populares na luta contra sistema capitalista de produção e a conscientização da luta pelos direitos básicos de todos os trabalhadores, formatando a mudança e construção de um novo modelo de produção. Este modelo deve ser libertador que possa continuar alimentando nossos sonhos de uma sociedade igualitária.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações.** Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

BRASIL**. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei n° 13.005 de 25 de junho de 2014. Estabelece o plano decenal de educação. Brasília, DF, 2014.

CALDART, Roseli Salete**. Pedagogia do movimento sem-terra.** Petrópolis: vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Campo. Políticas públicas: educação.** Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A modernidade no campo e a luta dos Sem Terra.** Revista de Cultura Vozes, número 1, ano 90. Editora Vozes, Petrópolis: 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão**

**social: novas configurações do campo brasileiro.** Inédito. 2003.

LEONTIEV, A. **O homem e a cultura**. In: LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Moraes, 1978, p. 260-284.

MARTINS, Fernando José. **Gestão Democrática e Ocupação da Escola:** O MST e a educação. Porto Alegre: EST, 2004.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e Violência a Questão Política no Campo.** 2° edição. São Paulo: Hucitec,1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 17ª Ed, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MUNARIM, Antônio. **Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção.** GT-03: movimentos sociais e educação, disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf; 31º ANPEd: 2008.

ROCHA, José Cláudio. **A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade: Um Estudo sobre Redes de Extensão Universitária.** EDUNEB: Salvador, 2008.

SANTOS, Fernando Tisque dos; SOUZA, Maria Antônia de. **Educação no campo e MST.** Olhar de professor, Ponta Grossa, 10(2): 211-226, 2007.